



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

31/2024

PÁGINA Nº

1 de 13

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

III- PERIÓDICO

 <p>REVISTA DE PROCESSO RePro ANO 49 • 354 • AGOSTO • 2024 COORDENAÇÃO: TERESA ARRUDA ALVIM Qualis A1 Thomson Reuters</p>	 <p>REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL RDA ANO 29 • 114 • ABRIL-JUNHO • 2024 COORDENAÇÃO: CLAUDIA LIMA MARQUES FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAQUI PATRYCK DE ARAUJO AYALA Qualis A1 REVISTA DOS TRIBUNAIS</p>	 <p>Revista SÍNTESE Direito Penal e Processual Penal 146 - Jun-Jul/2024 Conselho Editorial Antonio Brites Gonçalves Fernando da Costa Tourinho Filho Gerardo Batista de Siqueira Jader Marques Milton Jardim Noemias Moretti Prudente Renata Jardim de Cunha Rieger Roger Spode Bratti Rômulo de Andrade Moreira Qualis A1 Sintese uma revista do GRUPO ICB</p>
Revista de Processo	Revista de Direito Ambiental	Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
31/2024

PÁGINA Nº
2 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.246, de 8 de novembro de 2024](#)

Dispõe sobre a dispensa ao serviço das pessoas ocupantes de cargo público e de trabalhadoras e trabalhadores de empresas contratadas para a prestação de serviços de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para a realização de exames preventivos de câncer.

DOU - Seção 1, p. 2-3, 31/10/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 15.010, de 30 de outubro de 2024](#)

Abre crédito extraordinário em favor da Justiça Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério do Trabalho e Emprego e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 2.036.694.007,00 (dois bilhões trinta e seis milhões seiscientos e noventa e quatro mil e sete reais), para os fins que especifica.

DOU - Seção 1, p. 2-3, 31/10/2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
31/2024

PÁGINA Nº
3 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Lei n. 15.017, de 12 de novembro de 2024](#)

Altera a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a publicização de dados e microdados coletados nos censos da educação básica e superior e nos respectivos exames e sistemas de avaliação.

DOU - Seção 1, p. 8, 13/11/2024

[Lei n. 15.021, de 12 de novembro de 2024](#)

Dispõe sobre o controle de material genético animal e sobre a obtenção e o fornecimento de clones de animais domésticos destinados à produção de animais domésticos de interesse zootécnico e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 9, 13/11/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Recomendação n. 158, de 15 de outubro de 2024](#)

Recomenda aos tribunais brasileiros que considerem a realização de consultas ou audiências públicas em processos nos quais a eficácia da decisão possa atingir um grande número de pessoas.

eDJ-CNJ n. 274, de 05/11/2024, p. 2-3

[Resolução n. 589, de 15 de outubro de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 479/2022](#) e institui o Comitê Gestor Nacional do e-NatJus

eDJ-CNJ n. 274, de 05/11/2024, p. 3-4

[Recomendação n. 157, de 3 de outubro de 2024](#)

Recomenda a adoção do “Protocolo para a escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes nas ações de família em que se discuta alienação parental” no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

eDJ-CNJ n. 275, de 05/11/2024, p. 2-70

[Resolução n. 588, de 4 de outubro de 2024](#)

Prorroga o prazo de vigência da [Resolução CNJ nº 336/2020](#), que dispõe sobre a promoção de cotas raciais nos programas de estágio dos órgãos do Poder Judiciário nacional.

eDJ-CNJ n. 278, de 08/11/2024, p. 2



ALERTA SEBIB

NÚMERO
31/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Recomendação n. 160, de 8 de novembro de 2024](#)

Atualiza a [Recomendação CNJ nº 40/2012](#), que recomenda aos Tribunais de Justiça dos Estados a elaboração de plano de ação para o enfrentamento e solução de situações decorrentes de calamidades e desastres ambientais.

eDJ-CNJ n. 283, de 13/11/2024, p. 8-9

[Resolução n. 594, de 8 de novembro de 2024](#)

Institui o Programa Justiça Carbono Zero e altera a [Resolução CNJ nº 400/2021](#), que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

eDJ-CNJ n. 283, de 13/11/2024, p. 2-8

Conselho da Justiça Federal

Diretoria do Centro de Estudos Judiciários

[Portaria n. 749, de 04 de novembro de 2024](#)

Dispõe sobre a realização da I Jornada da Justiça Federal pela Equidade Racial.
Publicação Eletrônica SEI! - CJF em 08/11/2024

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Resolução n. 90, de 30 de outubro de 2024](#)

Disciplina o uso do Microsoft Office 365 ou Microsoft 365 na Justiça Federal da 1ª Região.
BDTRF1, 30 de outubro de 2024

[Resolução n. 89, de 30 de outubro de 2024](#)

Altera o art. 2º da [Resolução Presi 54, de 19 de junho de 2024](#), que regulamenta, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, a criação de unidades descentralizadas para otimização da prestação jurisdicional.
BDTRF1, 04 de novembro de 2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
31/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Portaria n. 1075, de 30 de outubro de 2024](#)

Altera a [Portaria Presi 368 de 14 de outubro de 2015](#), que dispõe sobre o recadastramento dos aposentados e dos pensionistas do TRF e da Justiça Federal de 1º grau da 1ª Região.
BDTRF1, 04 de novembro de 2024

[Portaria n. 1077, de 30 de outubro de 2024](#)

Dispõe sobre a aprovação da Metodologia de Gestão de Demandas e Desenvolvimento de Softwares da Justiça Federal da 1ª Região – MGDS-JF1
BDTRF1, 04 de novembro de 2024

[Resolução n.91, de 4 de novembro de 2024](#)

Regulamenta o cadastramento de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, instituições, entidades e órgãos públicos federais, estaduais, distritais ou municipais, nos termos do art. 12 da [Resolução Conjunta CNJ 10, de 29 de maio de 2024](#) (p. 2-5), e dá outras providências.
BDTRF1, 04 de novembro de 2024

[Decisão n. 302, de 6 de novembro de 2024](#)

Aprova a minuta do Plano Anual De Contratações- PAC 2025 (id. 21593184), bem como o Termo de Análise das Demandas de Contratação - PCA 2025 (id. 21593271), e determina a respectiva inclusão no rol de planos estratégicos do Tribunal, conforme artigo art. 34 da [Resolução Presi nº 18/2024](#) (id. 20300967).
BDTRF1, 12 de novembro de 2024

[Corregedoria Regional](#)

[Circular n. 18, de 29 de outubro de 2024](#)

Ref.: Declaração de atividade presencial - 3º trimestre de 2024 - cf. a Recomendação CJF 14/2023.
BDTRF1, 30 de outubro de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
31/2024

PÁGINA Nº
6 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE PROCESSO Nº 354 – AGO./2024

PROCESSO E CONSTITUIÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o liame entre direito, política e democracia no Brasil

The Supreme Federal Court (STF) and the link between law, politics, and democracy in Brazil

CLEBER DE DEUS e WENNER MELO 19

TEORIA GERAL DO PROCESSO

A coisa julgada impede a rediscussão? – Considerações pragmáticas sobre a estabilidade

Does res judicata prevent re-discussion? – Pragmatic considerations on stability

GUSTAVO OSNA 37

Do conflito de competência

Del conflitto di competenza

RAUL CÉZAR DE ALBUQUERQUE 57

PROCESSO DE CONHECIMENTO (DIREITO PROBATÓRIO)

A motivação do juízo fático-probatório

The justification of the factual-probatory decision

FERNANDO BRAGA DAMASCENO 95



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
31/2024

PÁGINA Nº
7 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Comprovação do preparo recursal e sanabilidade: uma análise do escopo do requisito de admissibilidade recursal, incluindo a compatibilização de regras e seu tratamento jurisprudencial

Evidence of appellate readiness and remediation: an analysis of the scope of the appellate admissibility requirement, including the harmonization of rules and its jurisprudential treatment

LUCILÉA PAULINO LEMOS..... 123

Relevância da questão federal: driblando os riscos de estadualização

Relevance of the federal issue: avoiding the risks of stateization

ROSALINA MOITTA PINTO DA COSTA 141

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

O princípio da congruência nas ações coletivas: limites à atuação jurisdicional

The principle of congruence in class actions: limits to judicial action

LEONARDO BRANDÃO ROCHA, LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ e DIÓGENES WAGNER SILVEIRA ESTEVES DE OLIVEIRA 175

PROCESSOS ESTRUTURAIS, ESTRATÉGICOS E COMPLEXOS

A legitimidade do processo estrutural no campo privado: entre o silêncio doutrinário e o problema conceitual

The legitimacy of structural litigation in private law: between doctrinal silence and a conceptual problem

PATRICK ZUKOVSKI WICHERT 203

TUTELA DIFERENCIADA

Negócios processuais: sub-rogação da seguradora – Primeira parte: convenção de arbitragem

Procedural agreements: insurance company's subrogation – First part: arbitration agreement

EDUARDO TALAMINI 227

Dispensa da citação da sociedade quando todos os sócios forem citados: a polêmica do parágrafo único do artigo 601 do Código de Processo Civil

Exemption from serving the company when all partners are served: the controversy of the sole paragraph of Article 601 of the Civil Procedure Code

MIRELLE BITTENCOURT LOTUFO 263



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
31/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Aspectos polêmicos do IDPJ e regularidade do reconhecimento de grupo econômico na execução trabalhista – Parte 2
Controversial aspects of the IDPJ and regularity of economic group recognition in labor enforcement – Part two
SÉRGIO CABRAL DOS REIS..... 283

DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS

Os efeitos da modulação na distribuição dos honorários sucumbenciais em processos dependentes – Parte 2
The effects of modulation on the distribution of sucumbency in dependent cases – Part two
SCILIO FAVER..... 315

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADÓ – GENERALIDADES

As razões que pesam contra a Suprema Corte
The case against the Supreme Court
ERWIN CHERMERINSKY e EDILSON VITORELLI 339

Il metodo delle riforme nella giustizia civile. Passato e presente
O método das reformas na justiça civil. Passado e presente
GIOVANNI VERDE..... 359

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Inteligência artificial no Poder Judiciário: benefícios, riscos e governança
Artificial intelligence in the judiciary: benefits, risks and governance
ROBERTO LUIS LUCHI DEMO..... 395

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

O acesso à justiça e a mediação sanitária no Brasil
Access to justice and health mediation in Brazil
FABIANA MARION SPENGLER e THEOBALDO SPENGLER NETO 429

A mediação extrajudicial como método adequado de resolução de conflitos em sociedades empresárias familiares
Extrajudicial mediation as an appropriate method of conflict resolution in family businesses
FRANCISCO VIEIRA LIMA NETO e ROSANA DE FREITAS JORDEM..... 449



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
31/2024

PÁGINA Nº
9 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Desigualdades socioeconômicas e o acesso à justiça: reflexões sobre a imposição da tentativa prévia extrajudicial de solução de conflito

Socioeconomic inequalities and access to justice: reflections on the imposition of prior extrajudicial attempt to resolve conflicts

GUILHERME VINICIUS JUSTINO RODRIGUES 469

HISTÓRIA DO PROCESSO

A constitucionalização do processo no pensamento de Piero Calamandrei

The constitutionalization of the process in the thinking of Piero Calamandrei

LEONARDO CRUZ DA FRANÇA 491



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
31/2024

PÁGINA Nº
10 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL Nº 114 – ABR.-JUN./2024

DOCTRINA

TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO AMBIENTE

Júri Cidadão: método participativo para resolução de conflitos ambientais

Citizen Jury: participative method for resolving environmental conflicts

CAROLINA DE ALBUQUERQUE, HEITOR MENEZES GOMES e CELSO MARAN DE OLIVEIRA..... 21

O desenvolvimento sustentável e o Supremo Tribunal Federal: uma análise da evolução e da aplicabilidade do equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade

Sustainable development and the Federal Supreme Court: an analysis of the evolution and applicability of the balance between development and sustainability

JULIANA COELHO MARCUSSI e ANA LAURA RAMIRES CARVALHO..... 45

AMBIENTAL – BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS

Salvaguardas ambientales a favor de ecosistemas fluviales

Environmental safeguards for river ecosystems

MARIO PEÑA CHACÓN..... 81



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
31/2024

PÁGINA Nº
11 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Promoção da sustentabilidade econômica pela entidade de catadores do município de Joinville/SC: estudo de caso sobre gestão de resíduos e concretização da dignidade <i>Economic sustainability promotion by Joinville/SC collectors' entity: case study on waste management and achievement of dignity</i> FELIPE AUGUSTO RODRIGUES AMBROSIO, ANA PAULA OLESKOVICZ e MÁRIO RICARDO GUADAGNIN.....	93
Impactos socioambientais e mineração na Amazônia oriental brasileira: da produção de riqueza à distribuição de riscos <i>Socio-environmental impacts and mining in the Brazilian eastern Amazon: from wealth production to risk distribution</i> AMANDA FERRAZ DA SILVEIRA e HELINE SIVINI FERREIRA	131
Transição energética e biocombustíveis: alinhando incentivos para a descarbonização do setor de transportes <i>Energy transition and biofuels: aligning incentives to a low carbon transportation sector</i> ERICK SOBRAL DINIZ e PATRICIA REGINA PINHEIRO SAMPAIO.....	153
AMBIENTAL – CIVIL E CONSUMIDOR	
<i>Greenwashing: regulação e limites do marketing verde</i> <i>Greenwashing: regulation and limits of green marketing</i> RAFAEL MARTINS COSTA MOREIRA.....	189
AMBIENTAL – INTERNACIONAL	
A concretização da proteção multinível do direito ao meio ambiente laboral equilibrado: o diálogo entre os sistemas interno e internacional de proteção dos direitos humanos <i>The accomplishment of the multilevel protection from the right to the balanced work environment: the dialogue between the internal and international systems of human rights protection</i> CARLA REITA FARIA LEAL e PAULO CÉSAR NUNES DA SILVA	221



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
31/2024

PÁGINA Nº
12 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

The International Court of Justice and scientific expert evidence in environmental law disputes: truce with science?

A Corte Internacional de Justiça e prova científica de experts em disputas de direito ambiental: trégua com a ciência?

LUIZA LEÃO SOARES PEREIRA..... 255

AMBIENTAL – PENAL

Acordo de não persecução penal e delitos ambientais: entre o simbolismo e a efetividade da tutela penal ambiental

Non prosecution agreement and environmental offenses: between the symbolism and effectiveness of environmental criminal protection

ALEXANDRE ROCHA ALMEIDA DE MORAES, ANTONIO CARLOS DA PONTE e FLÁVIO EDUARDO TURESSI 301

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A relevância da ciência da atribuição para a litigância climática

The relevance of attribution science for climate litigation

AGNES BORGES KALIL, HAIDE MARIA HUPFFER e GABRIEL WEDY 333

Mudanças climáticas, refugiados ambientais e direitos humanos: um aporte decolonial

Climate change, environmental refugees, and human rights: a decolonial approach

IRIS PEREIRA ENGELMANN e ANTONIO CARLOS WOLKMER 359

Justicia Climática

Justiça Climática

NÉSTOR A. CAFFERATTA 391

Valoração da dimensão climática do dano ambiental no Brasil

Valuation of the climate dimension of environmental damage in Brazil

DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA, VICTÓRIA LOURENÇO DE CARVALHO E GONÇALVES e FERNANDA LEITE BARBOSA 407



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
31/2024

PÁGINA Nº
13 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL Nº 146 – JUN.-JUL./2024

Assunto Especial

DIREITO DOS PRESOS

DOCTRINA

1. O Direito dos Presos ao Acesso ao *Smartphone*: uma Questão de Direitos Humanos e Reinserção Social
Gustavo Lopes Pires de Souza9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. A Nova Lei nº 14.836, o Princípio do *In Dubio Pro Reo* e o *Habeas Corpus* Coletivo
Rômulo de Andrade Moreira24
2. A Educação em Direitos Humanos Como Instrumento de Combate à Intolerância, ao Ódio e à Violência
Thiago Felício Barbosa Pereira e Benigno Núñez Novo32
3. O (Des)cabimento do Princípio da Verdade Real em um Sistema Processual Penal Genuinamente Acusatório
Leonardo Bocchi Costa, Ana Carolina D'Avanzo de Oliveira Cândido e Luiz Fernando Kazmierczak46

Seção Especial

ACONTECE

1. O Fim da Saída Temporária
Rogério Tadeu Romano.....194

ESTUDOS JURÍDICOS

1. Revelia no Processo Penal Brasileiro
Gisele Leite199